



ACÓRDÃO Nº 907/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1505/2015.

Apeños: Processos nºs 3362/2014 e 3920/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAS.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra Kamila Botelho do Amaral, Secretária de Estado, à época.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAD/AM, DICOP, DEAMB

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2604/2017-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2003/2011).

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAS. Exercício de 2014.

Regularidade com Ressalva. Multa. Prazo. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em discordância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Por maioria Julgue Regular com Ressalva a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do ordenador de despesas, Sra. Kamila Botelho do Amaral, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

10.2. A Unanimidade:

10.2.1 Aplicar Multa ao Sra. Kamila Botelho do Amaral, Secretária de Estado, exercício de 2014, no valor de R\$ 8.800,00; face do disposto nos itens 26/37; 42/45; 46/61; 71/81; 97/102; 104/109; 110/112; 113/114; 115/118; 122/125; 130/135, do voto do Relator, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser



ACÓRDÃO Nº 907/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

feito no prazo de **30 dias**;

10.2.2 Conceder o prazo de 30 (trinta) dias, para o recolhimento da **multa** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno, deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.2.3 Determine à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAS:

10.2.1 Que cumpra o disposto no art. 57, da Lei nº 8.666/1993, especialmente quanto a assinatura de termos aditivos a contratos, atentando para a demonstração das vantagens da prorrogação, previsão expressa da possibilidade no edital e no contrato firmado e comprovação da existência de dotação orçamentária;

10.2.2 Que cumpra o art. 37, XXI, da CF, assim como que observe o disposto no art. 7º, §5º, da Lei nº 8.666/1993, evitando especificações que afastem, indevidamente, o procedimento licitatório;

10.2.3 Que cumpra o disposto no art. 60, da Lei nº 4.320/1964;

10.2.4. Que cumpra o disposto no art. 13, §§1º e 2º, da Lei nº 8.429/1992 c/c art. 289, §§1º e 2º, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

10.2.5 Que cumpra o art. 73, I, “a”, da Lei nº 8.666/1993;

10.2.6 Que cumpra o art. 26, parágrafo único, III, da Lei nº 8.666/1993;

10.2.7 Que cumpra o art. 63, §2º, II, da Lei nº 4.320/1964 c/c art. 66 e 67 da Lei nº 8.666/1993;

10.2.8 Que cumpra o art. 6º, IX, “c” c/c o art. 7º, § 2º, II da Lei nº 8.666/1993;

10.2.9 Que cumpra o art. 2º, II, “i” da Resolução nº 27/2012 TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 907/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.10 Que cumpra o art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, §2º, I da Lei nº 8.666/1993, assim como art. 6º, IX, “c” c/c o art. 7º, §2º, II da Lei nº 8.666/1993;

10.2.4 Determinar à próxima Comissão de Inspeção – DICAD/AM que acompanhe a situação relativa ao quadro de servidores da Secretaria de Meio Ambiente, especialmente quanto ao percentual de cargos comissionados face aos servidores estatutários;

10.2.5 Notifique a Sra. Kamila Botelho do Amaral com cópia do Relatório/Voto, Parecer do MPC, Relatório conclusivos das Comissões de inspeção, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido Recurso.

Vencido o Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela irregularidade das contas, acompanhado pelo Conselheiro Júlio Cabral.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral